



**XI CONGRESSO DA SOCIEDADE PAULISTA DE
PARASITOLOGIA**
“Parasitologia Translacional: Da Pesquisa Básica a Saúde Pública”
10 a 12 de abril de 2026 – São Paulo (SP)

**Limitações do diagnóstico coproparasitológico na estimativa da prevalência real
das enteroparasitoses**

Sthefany Vitória Barcellos Alves Peres^{1*}

¹ Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil

*Autor correspondente: sthealvesperes@gmail.com

As parasitoses intestinais permanecem como importante agravo no Brasil, com prevalências significativas de helmintos e protozoários em diversos contextos regionais. Espécies como *Ascaris lumbricoides*, *Giardia intestinalis* e *Entamoeba nana* continuam sendo identificadas em estudos recentes conduzidos em áreas urbanas periféricas, comunidades indígenas e populações em situação de vulnerabilidade social e habitacional. Investigações epidemiológicas apontam não apenas elevada frequência de infecção, mas também ocorrência de coinfeções e múltiplas parasitoses em um mesmo indivíduo, indicando manutenção ativa do ciclo de transmissão. A dinâmica de disseminação desses enteroparasitos está diretamente relacionada à via fecal-oral, favorecida por contaminação ambiental, manejo inadequado de resíduos e acesso limitado à água tratada, o que contribui para altas taxas de reinfecção em áreas vulnerabilizadas.

A análise integrada desses estudos evidencia associação consistente entre ocorrência de parasitoses intestinais e marcadores de desigualdade social. A precariedade do saneamento básico, a limitação no acesso à água potável, a baixa escolaridade e as condições habitacionais inadequadas configuram fatores estruturais diretamente relacionados à transmissão fecal-oral e à reinfecção. Em populações indígenas da região amazônica, observam-se elevadas taxas de coinfeção associadas a impactos nutricionais, enquanto em territórios urbanos vulnerabilizados e entre pessoas em situação de rua, a aglomeração e a exclusão social contribuem para a persistência das infecções.

Adicionalmente, indicadores socioeconômicos, como desigualdade de renda e barreiras de acesso aos serviços de saúde, reforçam que a distribuição das parasitoses não ocorre de forma homogênea, concentrando-se em grupos historicamente vulnerabilizados. Esses achados sugerem que, embora intervenções farmacológicas sejam fundamentais para o controle imediato, a manutenção dessas infecções está vinculada a determinantes estruturais que extrapolam o campo estritamente biomédico.

Conclui-se que a persistência das parasitoses intestinais no cenário epidemiológico brasileiro atual reflete a interação entre fatores parasitológicos e desigualdades sociais, demandando estratégias intersetoriais que integrem vigilância epidemiológica, ampliação da infraestrutura sanitária e políticas públicas voltadas à redução das iniquidades.

Palavras-chaves: Enteroparasitoses; Diagnóstico parasitológico; Prevalência